

A nobreza medieval no território de Viseu durante o reinado de D. Afonso III: apresentação de projeto¹

Rui Rocha
Universidade do Porto

RESUMO:

O principal objetivo desta investigação é a caracterização da presença da nobreza no Território de Viseu durante o reinado de D. Afonso III, região acerca da qual ainda hoje se conhece muito pouco. Para a sua concretização, com base nas *Inquirições de 1258*, analisamos três aspetos, a nosso ver, da maior importância: a posse dos direitos de Padroado; os fenómenos de concentração e dispersão de património nobre; a frequência de territórios honrados e coutados. Partindo destes três vetores, além de averiguar se é possível desenhar uma fronteira, dentro do território, entre um espaço de forte cunho senhorial e outro no qual as estruturas concelhias surgem em sua substituição, pretendemos também determinar as origens e tipologias dominantes no quadro geral da nobreza no território de Viseu.

PALAVRAS-CHAVE: Nobreza; Viseu; séc. XIII.

ABSTRACT:

The main objective of this research is the characterization of the presence of nobility in the territory of Viseu during the reign of King Afonso III, region that is still quite unknown. For its implementation, based on the *Inquirições de 1258*, we analyzed three aspects, in our view, of utmost importance: the possession of the Patronage rights; the phenomena of concentration and dispersion of noble properties; and the frequency of “coutos” and “honras” in the territory. Based on these three vectors, besides determining if we can draw a border, within the territory, between a space with a strong nobility presence, and another in which the municipal structures arise in its place, we also intend to determine the origins and dominant typologies in the general framework of the nobility in the territory of Viseu.

KEY WORDS: Nobility; Viseu; XIII century.

1. PONTO DE PARTIDA: TEMA, ESPAÇO E CRONOLOGIA.

A Historiografia portuguesa, já desde os anos 80/90 do século XX que se tem ocupado com a investigação sobre a Nobreza, e respetivos comportamentos, enquanto grupo social estruturante da sociedade medieval portuguesa,² dando o impulso vital a uma tendência de estudos que ainda hoje perdura, embora apresente atualmente alguma desaceleração ou reconfiguração. Reconfiguração esta que passou pela maior

¹ Este artigo tem por base a comunicação apresentada a 8 de abril de 2016, no VIII Workshop de Estudos Medievais (WEM) promovido pelo Grupo Informal de História Medieval. Como tal, o estado da investigação aquando essa primeira fase era bem diferente do de hoje. Com efeito, para a dissertação de Mestrado, alguns aspetos acabaram por ser necessariamente revisitados, revistos e completados. Não obstante, com o intuito de manter o espírito desses encontros intacto, cujo principal objetivo é a apresentação de projetos de investigação, o artigo permanece igual em muito aspetos, procedendo apenas a algumas alterações nos pontos que se consideraram completamente desatualizados.

² José Mattoso, “The Medieval Portuguese Nobility” in *The Historiography of Medieval Portugal: (c. 1950-2010)*, ed. Maria de Lurdes Rosa, Bernardo de Vasconcelos e Sousa, Maria João Branco (Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011), 404.

incidência em estudos de carácter regional, nos quais o presente projeto se pretende inserir.¹

Neste sentido, no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais propusemo-nos estudar a nobreza medieval no território de Viseu, durante o reinado de D. Afonso III. Este projeto resulta não só da vontade de identificar quais as linhagens nobres que se movimentavam neste espaço, mas também da necessidade em compreender quais as estratégias delineadas pelos seus elementos, os polos da ação de cada família e, num plano global, perceber qual a sua expressão no território.

No entanto, há justificações que por vezes ignoram motivos científicos, e prendem-se com gostos pessoais. O fascínio pelo século XIII e as raízes familiares que nos ligam à região Beirã conduziram inevitavelmente a este estudo. Também o desafio de contribuir para o conhecimento de uma região, que apesar de tudo continua a ser das menos estudadas, pode ser considerado um dos grandes catalisadores da investigação em curso.

Existem então dois vetores essenciais na construção de qualquer trabalho desta natureza: a cronologia e espaço geográfico. Começamos pelo segundo.

Quando nos deparamos com a tarefa de apresentar o espaço do nosso estudo, sentimos algumas dificuldades em cristalizar um termo adequado que definisse o território que queríamos estudar, em grande parte por não o haver. Começamos por falar em Beira Alta, mas rapidamente nos foi apontado que as reformas administrativas do início do século passado atribuíram a esse termo um significado mais lato do que tinha inicialmente. O grande objeto de estudo é de facto o distrito de Viseu, cuja utilização poderia induzir em erro, pois as fontes não permitem um estudo equilibrado e igualitário para a totalidade do território, mas fundamentalmente porque nos pareceu que o uso da palavra “distrito” poderia despertar alguma confusão, devido ao anacronismo implícito entre a palavra de índole administrativa, criada apenas no século XIX, e os estudos sobre a Idade Média. Da mesma forma, poderíamos recorrer a termos como *Terra* ou *Julgado*, que estariam certamente a responder às dificuldades anteriormente enunciadas. No entanto, o espaço pretendido é demasiado extenso para remeter apenas para uma Terra ou para um Julgado. Optámos no final pela utilização da palavra *território*, não por resolver todas as questões, mas por ser um termo suficientemente abrangente e menos sujeito a interpretações erradas, podendo adequar-se de acordo com as necessidades do autor. Em suma, ao utilizar a terminologia *Território de Viseu*, queremos então delimitar o espaço de acordo com o atual distrito de Viseu, por considerarmos que este é suficientemente amplo para a demonstração de uma realidade regional com características muito próprias. Além disso, é importante não esquecer que desta forma damos o ênfase necessário ao papel articulador de Viseu, “uma cidade que representa o exemplo típico de um centro rural, suficientemente bem localizado”.²

Deve-se ainda ter em conta que a escolha deste espaço é suportada pela existência de fontes que o retratam de forma detalhada e aprofundada. Referimo-nos, sem sombra de dúvida, às Inquirições de 1258, mais propriamente à terceira alçada que abrange precisamente a região selecionada, e que representará o eixo estruturante da nossa dissertação.

Quanto à cronologia, surgiram dificuldades diferentes, mas igualmente inibitórias. Partindo da referida fonte, procedemos à caracterização do grupo nobiliárquico no século XIII, mais exatamente durante o reinado de D. Afonso III. Nesse sentido, importa dizer que seria imprudente depreender uma compreensão pormenorizada dos comportamentos nobiliárquicos para a totalidade da centúria de duzentos, baseada na fonte de 1258. De igual forma, seria também injusto reduzir o

¹José Mattoso clarifica que a nova tendência de estudos, focada na observação dos percursos nobiliárquicos a nível regional, surge para testar a operabilidade das teses e modelos formulados nos anos 80. *Ibid.*, 413.

²Jorge Gaspar, *As Regiões Portuguesas* (Lisboa: Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, 1993), 93.

tema ao contexto de uma década, dado que nas Inquirições se fornecem informações que remontam também aos reinados anteriores. É com muita frequência que encontramos registada as seguintes respostas como “*Interrogatus de tempore, dixit quod tempore Domini Regis Sancii frater istius regis*”¹ ou “*quod tempore Domini Regis Alfonsi patris istius Regis*”.² Por essa razão, este estudo incide de facto no reinado de D. Afonso III (balizando assim o estudo em 1249-1279), mas não deixa de tentar avaliar a origem e a continuidade da propriedade e comportamentos senhoriais durante a primeira metade do século XIII. Por tudo isto, é essencial lançar alguns alertas. Após as Inquirições de 1258, o reinado do *Bolonhês* prolongar-se-ia por mais 21 anos, até à data da sua morte em 1279.³ Apesar do Inquérito régio conferir uma perspetiva abrangente, não deixa de ser limitada. Tentamos suprimir estas dificuldades com a consulta de outras fontes editadas.

2. OBJETIVOS.

Compete-nos também definir com maior rigor os objetivos que irão pautar toda a investigação. Pretendendo conhecer os contornos da presença da nobreza no espaço e cronologia definidos, o presente estudo passou necessariamente pela identificação concreta das famílias e dos principais intervenientes com implantação e propriedades no território viseense. Da mesma forma, procurámos fazer um levantamento de todo o património nobre, sem o qual não seria possível concretizar o passo anterior. Deste modo, foi possível cartografar e perceber a forma como a nobreza se distribuiu no espaço. Nesse sentido, desenhámos também o trajeto de cada linhagem identificável no espaço em estudo e, acima de tudo, tentámos demonstrar uma predominância, ou a hegemonia, de ramos secundários de famílias como os Riba Douro e os Baiões.

No texto final tentaremos, portanto, não só traçar um quadro geral da implantação nobre em Viseu, como averiguar as categorias nobiliárquicas e as formas de relacionamento entre si. Não podemos olhar para este grupo social como uma força auto-estruturante e homogénea, sendo crucial a distinção entre os vários tipos de nobreza, dos quais a regional será claramente dominante. Além da distinção tradicional das categorias da nobreza,⁴ tentámos criar as nossas, que exprimissem o comportamento e a implantação patrimonial das famílias em causa no espaço em estudo.

Em paralelo com os objetivos anteriores, uma das ambições da investigação foi traçar de forma sintetizada um retrato histórico e natural do território de Viseu, esperando apenas conseguir dotar o leitor de uma perceção sólida e clara do espaço à medida que o formos percorrendo. Com o intuito de salientar este enquadramento, e com recurso a elementos cartográficos, apontamos as transições na malha administrativa entre 1258 e 1288.⁵

Por fim, o grande objetivo da dissertação é analisar a densidade e expressão da implantação nobre no território viseense, bem como averiguar a possível existência de um espaço que privilegia a implantação nobre, e um outro, as estruturas concelhias.

¹ Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Inquisitiones. Olisipone (Lisboa: Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1888-1977). Fasc. 6 (1918), 1052a.

² Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum (...). Fasc. 6 (1918), 1053b.

³ Leontina Ventura, *D. Afonso III* (Casais de Mem Martins: Temas e Debates, 2009), 191-192.

⁴ Referimo-nos às categorias cunhadas por José Augusto de Sottomayor-Pizarro, que divide o grupo social em nobreza de Corte (Alta e Média) e nobreza Regional (Média e Inferior).

⁵ Para esta análise é fundamental clarificar que a recente edição das *Inquirições de 1288*, levada a cabo pelo Professor Doutor José Augusto de Sottomayor-Pizarro, foi crucial para a sua execução (José Augusto de Sottomayor-Pizarro *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis* (Edita, Nova Série, vol. IV/2 - *Inquisitiones. Inquirições Gerais de D. Dinis. 1288*) (Lisboa: Academia das Ciências, 2015).

3. FONTES E BIBLIOGRAFIA

3.1 FONTES

Reconhecidos os eixos orientadores e limites da presente investigação, torna-se imperativa a inventariação de fontes. Como foi ficando expresso, o estudo assentou maioritariamente na análise das *Inquirições de 1258*. No seu conjunto, embora não cubram a totalidade do território nacional, “incidem particularmente nas regiões onde a nobreza tem implantação mais antiga e mais densa”.¹ Nesse sentido, a terceira alçada, que cobre a região da Beira Alta, e portanto o distrito de Viseu, é a fonte nuclear para a execução da dissertação.

As Inquirições, sendo basilares neste projeto, não são as únicas fontes objeto de estudo. Aproveitando as vantagens de uma fonte editada, trabalhamos ainda com os *Livros de Linhagens*,² com a *Chancelaria de D. Afonso III*,³ com o *Diplomatário da Sé de Viseu*,⁴ e com as *Inquirições de 1288*.⁵ No primeiro caso, esperamos um precioso auxílio para a elaboração de genealogias; nos três últimos, mais um instrumento para recolha e confrontação de dados.

3.2 BIBLIOGRAFIA⁶

Sendo o objetivo deste ponto o esclarecimento sobre os principais elementos bibliográficos que contribuem para a elaboração da dissertação de mestrado, iremos elencar alguns autores de referência e explicar alguns dos contributos das respetivas obras.

O primeiro autor de referência, incontornável para o estudo da região da Beira Alta, é Armando de Almeida Fernandes. A sua extensa obra, além de conter vários estudos sobre a família Ribadouro (determinante nos destinos da região), integra ainda alguns dos principais elementos para a compreensão do território, revelando um profundo conhecimento das fontes. Entre muitas, destaque-se, pela extrema utilidade prática na identificação de topónimos nas Inquirições, o artigo “Povoações do Distrito de Viseu”,⁷ publicado em vários volumes na revista *Beira Alta*. A partir deste artigo, não só nos é permitida a identificação de vários topónimos na fonte, mas também são expostas inúmeras informações sobre os elementos nobres que se movimentavam no território.

¹ José Mattoso, *A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001), 12.

² José Mattoso, Joseph Piel, eds. *Livros Velhos de Linhagens in Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum - Nova série* (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980); José Mattoso, ed., *Livros de Linhagens do Conde D. Pedro in Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum - Nova série* (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980).

³ Leontina Ventura, António Resende Oliveira, eds., *Chancelaria de D. Afonso III* (Coimbra: Universidade de Coimbra, 2006).

⁴ Leontina Ventura, João da Cunha Matos eds., *Diplomatário da Sé de Viseu (1078-1278)* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Instituto de Estudos Medievais; Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 2010).

⁵ José Augusto de Sottomayor-Pizarro *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis* (Edita, Nova Série, vol. IV/2 - *Inquisitiones. Inquirições Gerais de D. Dinis. 1288*) (Lisboa: Academia das Ciências, 2015)

⁶ Seria demasiado extensa a lista completa de bibliografia considerada. Por essa razão apresentaremos apenas algumas obras dos autores de referência para a presente projeto.

⁷ A. de Almeida Fernandes, “Povoações do distrito de Viseu”, *Revista Beira Alta* LXI LXII LXIV LXV LXXI (2001-2012).

O segundo autor de referência, como não podia deixar de ser em qualquer estudo sobre a nobreza, é José Mattoso. Várias das suas obras mais conhecidas, nomeadamente *A Nobreza Medieval Portuguesa: a família e poder*,¹ ou *Ricos-Homens, infanções e cavaleiros*,² não só estiveram na génese da vontade de realizar este projeto, como se apresentam como obras basilares e delineadoras dos seus eixos fundamentais. No caso da primeira, são suscitadas as possíveis linhas de investigação, fontes, e caminhos a percorrer. A segunda, por sua vez, vai dando algumas pistas sobre os elementos nobres que se movimentaram no espaço numa cronologia mais recuada. Para além de fazer alusão à presença de algumas famílias aristocráticas na Beira Alta, como os Ribadouro e os Paiva, chama frequentemente a atenção para o facto, importantíssimo, de se assistir ali à substituição do regime senhorial por estruturas concelhias no espaço em questão.³

Leontina Ventura é também uma autora incontornável no estudo da nobreza, particularmente no tempo de D. Afonso III. Esse facto fica evidenciado não só pela autoria da biografia do *Bolonhês*,⁴ mas ainda pela obra nuclear para esta dissertação, a sua tese de doutoramento “A Nobreza de Corte de D. Afonso III”.⁵ Este estudo é importante por várias razões: o elenco das tenências da Beira; a reconstituição do património de alguns elementos nobres que se movimentavam na região (nomeadamente Martim Anes de Vinhal ou Rui Garcia Paiva); a elaboração de certas genealogias do nosso interesse (Vinhal, Paiva, Melo, Baião, Cunha e Vizela); e também pelo capítulo inicial que define com rigor as questões semânticas inerentes ao reconhecimento de vocábulos que identificam nobres na documentação.⁶ Além desta obra incontornável, tem vindo a desenvolver importantes artigos em torno da cavalaria, que se movimentou também no espaço viseense.⁷

A par da autora anterior, é fundamental a menção de José Augusto Sottomayor-Pizarro, que se destaca dentro da bibliografia especializada quer pela sua extensa obra sobre a nobreza do século XIII, quer pelo profundo conhecimento e compreensão das Inquirições. A maior referência a fazer será a dissertação de doutoramento “Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e Estratégias (1279-1325)”,⁸ na qual o autor reconstituiu um grande número de linhagens nobres do reinado de D. Dinis, e as estratégias de ascensão delineadas a partir de três vetores fundamentais (dos quais alguns serão também essenciais para este projeto), nomeadamente o património e a mobilidade geográfica. Por isso mesmo, além de um exemplo metodológico, apresenta também alguns dados dignos de nota. Um deles, por exemplo, é a identificação de duas orientações de expansão da linhagem dos Baiões, sendo uma delas para a Beira Alta.⁹

Por sua vez, as dissertações de mestrado de Vasco Sistelo e de Joana Catarina Sousa sobre os processos de senhorialização no Vale do Neiva e nas Terras de Basto, respetivamente, representam para este projeto dissertações modelares, que fornecem pistas metodológicas e propostas de análise comparada.¹⁰

¹ José Mattoso, *A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001).

² José Mattoso, *Ricos-homens, infanções e cavaleiros* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001).

³ *Ibid.*, 55, 56, 109.

⁴ Ventura, *D. Afonso III*.

⁵ Leontina Ventura, “A nobreza de corte de Afonso III” (Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 1992).

⁶ *Ibid.*, 15-53.

⁷ A título de exemplo ver Leontina Ventura, João da Cunha Matos, “Cavaleiros de Fronteira (Coimbra, Viseu, e Seia) ao tempo de Afonso Henriques” in *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães* (Guimarães: CMG, 1997). Vol. 2, 95-108.

⁸ José Augusto de Sottomayor-Pizarro, “Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias (1279-1325)” (Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, 1997).

⁹ *Ibid.*, 1103.

¹⁰ Vasco Sistelo, “A nobreza e o processo de senhorialização no Vale do Neiva: século XIII e XIV” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, 2010) e Joana Catarina Sousa, “O Processo de

Também é obrigatório sublinhar a importância de algumas monografias locais, de grande qualidade, e que mais uma vez contribuem largamente para o conhecimento do território beirão. A título de exemplo destaquem-se *A terra de Besteiros e o actual concelho de Tondela: esboço histórico e toponímico*,¹ de Amadeu Ferraz de Carvalho; *Tarouca na História de Portugal* de Almeida Fernandes;² ou ainda, *Resende e a sua História*, de Joaquim Correia Duarte.³

Por fim, é importante destacar alguns estudos que, no seu conjunto, representam um avanço considerável na compreensão da fonte. O artigo de Luís Krus, embora incida sobre a 2ª alçada, é essencial para a compreensão das Inquirições, enquanto acontecimento marcante na vida da sociedade medieval no seu todo.⁴ Não poderíamos nesta parte ignorar o artigo de José Augusto Sottomayor-Pizarro acerca da importância das Inquirições para o estudo da nobreza, intitulado “As inquirições medievais portuguesas (séculos XIII-XIV): fonte para o estudo da nobreza e memória arqueológica: breves apontamentos”.⁵

4. METODOLOGIA

Na apresentação do projeto, necessariamente sucinta por definição, reservámos algumas linhas para a descrição do processo metodológico adotado para a elaboração da investigação. Globalmente, o primeiro passo consistiu na seleção de fontes e bibliografia adequadas ao tema, aspetos estes que iremos elaborar mais à frente.

A vastidão do espaço selecionado obrigou a certos cuidados na abordagem da fonte. Nas palavras de José Mattoso, ao “alargar o âmbito dos inqueritos régios a zonas mais vastas, será necessário privilegiar os fenómenos globais (...). A abundância de pormenores excessivos prejudica, evidentemente, as possibilidades reais de chegar a bom termo”.⁶ No caso específico do nosso tema e espaço, logo se tornou evidente a necessidade de prescindir de análises pormenorizadas, por exemplo sobre produção agrícola e recursos económicos do território, em detrimento de outras análises que nos parecem mais pertinentes.

Depois de selecionadas, procedemos então ao tratamento e análise das fontes identificando o património nobre (proprietário, tipologia patrimonial, forma de aquisição, localização, e outras observações que achamos pertinentes); os direitos de padroado (detentor e localização da paróquia); e as referências a circunscrições administrativas (julgados, coutos, honras).

A análise de fenómenos de concentração e dispersão do património nobre, o estudo dos direitos de padroado e a contabilização de coutos e honras foram instrumentos particularmente úteis para definir a identidade do território. Partindo destes vetores, cremos que foi possível aferir uma certa heterogeneidade no distrito viseense.

Para a caracterização da nobreza e dos processos sofridos por cada linhagem no território de Viseu, inspiramos o nosso modelo de análise no trabalho de José Augusto de Sottomayor-Pizarro, considerando então três vetores distintos: o património e

Senhorialização nas Terras de Basto. Séculos XIII e XIV” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, 2007).

¹Amadeu Ferraz de Carvalho, *A terra de Besteiros e o actual concelho de Tondela: esboço histórico e toponímico* (Coimbra: Câmara Municipal de Tondela, 1981).

² A. de Almeida Fernandes, *Tarouca na História de Portugal* (Viseu: Câmara Municipal de Tarouca, 1990).

³ Joaquim Correia Duarte, *Resende e a sua História* (Resende: Câmara Municipal de Resende, 1994).

⁴ Luís Krus, “Escrita e poder: as Inquirições de D. Afonso III” *Revista de Estudos Medievais* 1 (1981): 65.

⁵ José Augusto Sottomayor-Pizarro, “As inquirições medievais portuguesas (séculos XIII-XIV): fonte para o estudo da nobreza e memória arqueológica: breves apontamentos” *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património* 12 (2013), 275-292.

⁶ José Mattoso, Luís Krus, Olga Bettencourt, “As Inquirições de 1248 como fonte para o estudo da nobreza: o caso de Aguiar de Sousa” *Revista de História Económica e Social* 9 (1982), 18.

implantação geográfica, alianças matrimoniais, e o exercício de tenências.¹ Partindo da articulação destes elementos, esperamos conseguir demonstrar alguns comportamentos modelares das linhagens que se fixaram na região.

Após a recolha de todos estes elementos, construímos quatro bases de dados, para as quais transpusemos toda a informação, facilitando assim a análise gráfica e cartográfica. Neste ponto, é importante salientar as vantagens deste tipo de análise. Em estudos de carácter regional, como em muitos outros, a investigação beneficia sobejamente da observação dos dados através de componentes gráficos, permitindo uma análise mais apurada, e suscitando novas perspetivas de investigação. A primeira base de dados, bastante simplificada, permitiu organizar todas as freguesias que encontramos nas respetivas circunscrições administrativas, quer para 1258 como para 1288, e conseqüentemente perceber as transições. A segunda, um pouco mais complexa e sujeita a mais variáveis, é uma base patrimonial que reúne todos os dados sobre a propriedade detida por elementos nobres no território de Viseu.² A terceira incide sobre os padroados, e por fim, a quarta e última sobre os forais doados dentro do mesmo espaço. Para todo o processo, utilizamos a freguesia como unidade espacial de base.

A última fase do nosso trabalho foi a interpretação dos dados, e posterior redação, na qual tentamos, além de propor ideias, provar as hipóteses que aqui lançamos.

5. ESTRUTURAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

No que concerne à estrutura formal da investigação, ficou definido dividi-la em três capítulos principais, cada um deles subdividido em número variável de alíneas. O primeiro capítulo é inteiramente dedicado à apresentação do espaço que designamos por território de Viseu. Terá, portanto, num primeiro momento, a definição rigorosa do espaço e respetivo enquadramento natural e económico, e, num segundo momento, em articulação com o anterior, o enquadramento histórico e a evolução administrativa.

O segundo capítulo, além abordar o enquadramento histórico e político dos Inquiridos de 1258, e a respetiva caracterização, é dedicado à exposição das especificidades e fragilidades da terceira alçada, que se detém precisamente na região em estudo. Assim sendo, nesta parte teceram-se alguns comentários acerca da organização da alçada, ou aparente falta dela, bem como se arriscaram algumas justificações para este facto. Um dos elementos mais intrigantes desta fonte é a forma como está organizada, o que suscita inúmeras dúvidas. Em suma, a leitura das Inquirições aponta para uma certa indefinição administrativa do espaço em meados da centúria de duzentos, especialmente quando comparadas com as Inquirições de 1288.

O terceiro e último capítulo, o núcleo da dissertação, dedica-se exclusivamente ao estudo do grupo nobiliárquico. No primeiro subcapítulo detemo-nos na análise global da implantação nobre, identificando as famílias e os espaços densamente ocupados por este grupo. No segundo subcapítulo traçamos o percurso de algumas famílias com forte presença no território de Viseu.

6. CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

No decorrer da investigação, foi-se tornando cada vez mais clara a perceção de que o território de Viseu não se apresenta de todo como o espaço homogéneo que prevíamos inicialmente, pois albergava dentro de si realidades distintas, com alguma mobilidade, e aparentemente sem uma fronteira bem definida. No entanto, é seguro

¹ José Augusto de Sottomayor-Pizarro, “Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias (1279-1325)”, 157.

² A base de dados patrimonial contempla um número bastante considerável de campos a preencher, e cada um deles com as suas próprias variáveis. Além dos campos da fonte e cronologia, reservamos espaço para o proprietário (nome, categoria social, linhagem, etc.); tipologia de património (casal, herdade, vinha, etc.); modos de aquisição (doação, testamento, compra, etc.); e a localização dos bens.

afirmar que os concelhos da margem esquerda do Douro, nomeadamente Cinfães, Resende e Lamego, apresentam uma estrutura de forte cunho senhorial, com mais profusão de nobres, quase como se falássemos de uma extensão talvez menos expressiva e com menos saturação, do Norte Senhorial. Já nos concelhos mais para o interior e Sul, parece não haver tanta penetração de nobres, e esta forma de organização é substituída por estruturas concelhias, nas quais o Rei conseguia exercer, muito naturalmente, maior controlo e influência. José Mattoso tinha já chamado a atenção para esta tendência ao afirmar que “mais para o interior, na Beira Alta, os senhores parecem ser muito menos numerosos. Aí situam-se as regiões concelhias, onde as populações rurais se organizam em comunidades que não excluem a hierarquização social, mas tentam resistir à penetração da aristocracia de sangue, com os seus privilégios e isenções”.¹ Prevalece alguma ambiguidade se o autor se referia à totalidade da região ou apenas a uma parte considerável dela, que nos parece uma proposta válida. Como aludido anteriormente, através da dispersão dos direitos de Padroado por várias categorias, consoante a zona territorial, pela expressiva concentração de propriedade nobre na zona Norte do distrito viseense, e pela maior frequência de territórios honrados e coutados no mesmo segmento territorial, tentamos demonstrar a existência dessa realidade dicotómica.

Esta será então uma das propostas da dissertação. Contudo, sendo um dos propósitos a identificação objetiva das famílias que se movem neste espaço, passo a adiantar alguns nomes. Primeiramente, será necessário esclarecer que se verifica uma predominância de segmentações da conhecida linhagem dos Ribadouro, que através de Egas Moniz e de seu irmão Mem Moniz adquire vastos domínios na Beira Alta. Pelo menos na região duriense é incontestável a importância política e social desta família, como provou frequentemente Almeida Fernandes na sua extensa obra sobre a família em questão.² Neste contexto, no qual a estirpe mais antiga e poderosa dá origem a outras linhagens (que frequentemente acabam por adotar como apelido os nomes de honras pertencentes ao *Aio*) surgem as famílias dos Lumiares, Alvarenga, Fonseca e Cardoso. Com o mesmo comportamento surge a linhagem dos Resende, importante ramo dos Baiões que se fixa na Beira Alta, nomeadamente na importante honra de Resende. Outras famílias que podem ser encontradas no território são os Vinhal, Cunha, Paiva e Amaral.

Terminados todos os aspetos de carácter introdutório, é essencial sintetizar agora as hipóteses e as questões, à volta das quais a dissertação se estrutura: 1) Quais as famílias nobres com implantação no território viseense? E qual o nível dessa implantação? 2) Qual a origem dominante (linhagem) das estruturas senhoriais encontradas em meados da centúria de duzentos no mesmo espaço? 3) Existe de facto uma fronteira, dentro do território, entre um espaço de forte cunho senhorial e outro no qual as estruturas concelhias surgem em sua substituição? E se existe, é possível definir essa fronteira com precisão?

Colocadas as questões essenciais, relembramos novamente que todas elas ficaram por responder nestas breves páginas, aspeto este que será colmatado no texto da dissertação de mestrado.

¹ José Mattoso, *Ricos-homens, infâncias e cavaleiros*, 56.

² José Augusto de Sottomayor-Pizarro, *Aristocracia e mosteiros na Rota do Românico: a senhorialização dos Vales do Sousa, Tâmega e Douro (séculos XI a XIII)* (Lousada: Centro de Estudos do Românico e do Território, 2014), 96.